



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 019/2023

Dispõe sobre concessão da Medalha Legislativa Vladimir Herzog a Ernesto José de Carvalho, Belisário dos Santos Júnior, Gilberto Carvalho, Wallace Lara, José Dirceu de Oliveira e Silva, Celso Frateschi, Symmy Larrat Brito de Carvalho, Antônio Funari Filho, Eugênia Augusta Gonzaga, e à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos “Dom Paulo Evaristo Arns”.

O Vereador Josemundo Dario Queiroz (Josa Queiroz), no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 177 do Regimento Interno, apresenta, para apreciação Plenária, o seguinte PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

ARTIGO 1º - Fica concedida a Medalha Legislativa Vladimir Herzog a Ernesto José de Carvalho, Belisário dos Santos Júnior, Gilberto Carvalho, Wallace Lara, José Dirceu de Oliveira e Silva, Celso Frateschi, Symmy Larrat Brito de Carvalho, Antônio Funari Filho, Eugênia Augusta Gonzaga e à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos “Dom Paulo Evaristo Arns”.

ARTIGO 2º - Os nomes a serem grafados nas medalhas deverão seguir à indicação abaixo, conforme solicitado pelos(as) homenageados(as):

- I - na medalha de Ernesto José de Carvalho deverá constar “Don Ernesto José de Carvalho”;
- II - na medalha de Symmy Larrat Brito de Carvalho deverá constar “Symmy Larrat”;
- III - na medalha da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos “Dom Paulo Evaristo Arns” deverá constar “Comissão Arns”.

Parágrafo único - A medalha será confeccionada em material dourado e terá, no verso, a imagem preta e branca do jornalista Vladimir Herzog e, no anverso, constarão o nome do(a) agraciado(a), a data de concessão da medalha e o brasão da Câmara Municipal de Diadema.

ARTIGO 3º - No ano de 2023, as insígnias serão entregues aos(às) homenageados(as) em Sessão Solene, especialmente convocada para esta finalidade, a ser realizada no dia 05 de dezembro de 2023, devido ao mês de dezembro ser considerado o mês dos Direitos Humanos.

Parágrafo único - A insígnia para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos “Dom Paulo Evaristo Arns” será entregue a representante oficial designado pela instituição.



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

ARTIGO 4º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

ARTIGO 5º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 19 de junho de 2023.

Assinado digitalmente por:
JOSEMUNDO DARIO QUEIROZ
CPF: ***.248.098-**



Ver. JOSEMUNDO DARIO QUEIROZ
(JOSA QUEIROZ)

JUSTIFICATIVA

A Medalha Legislativa Vladimir Herzog, é devido ao seu legado de luta contra as violações de direitos humanos no Brasil e mostrou para o mundo os horrores da Ditadura Militar brasileira. Conforme consta no site “Observatório do 3º Setor”, bem como em diversos outros, temos o nome de Vladimir como o pilar no movimento pela restauração da democracia no país após 1964. Foi um jornalista, professor e dramaturgo brasileiro, e sua morte escancarou as violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar no Brasil. Militante do Partido Comunista Brasileiro foi torturado e assassinado pelo regime militar brasileiro durante a ditadura nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, no município de São Paulo, após ter se apresentado voluntariamente ao órgão para prestar esclarecimentos sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Após sua morte, oito mil pessoas se reuniram na Catedral da Sé, no centro de São Paulo. O ato foi considerado como a primeira grande manifestação de protesto da sociedade civil contra as práticas da ditadura militar e por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e de outras entidades, foi instituído, em 1978, o Prêmio Vladimir Herzog, que destaca, anualmente, reportagens que promovam a democracia, a cidadania e os direitos humanos. Em março de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo atendeu a um pedido da Comissão Nacional da Verdade e emitiu novo atestado de óbito a Herzog, em que sua morte é atribuída a “lesões e maus-tratos durante o interrogatório”. Já em 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro pela falta de investigação, de julgamento e de punição pela sua morte. Nesse sentido, nada mais justo que homenagear pessoas que mantem o legado de Vladimir Herzog vivo, por isso indicamos para serem agraciados e agraciadas:



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

Ernesto José de Carvalho - conhecido como Don Ernesto, nasceu em São Paulo. Seu nome é uma homenagem ao guerrilheiro Ernesto Che Guevara. Ernestinho como era conhecido na infância, viveu nos países Chile, Argentina, Portugal e França, retornando ao Brasil após a lei da anistia, em 1979. Seu pai Devanir José de Carvalho (Muriaé, 15 de julho de 1943 — São Paulo, 07 de abril de 1971) foi um militante integrante da luta contra a ditadura militar brasileira. Torneiro mecânico e um dos fundadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e também do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Levado ao DOPS/SP foi torturado até a morte. Assim, Ernesto passou depois de adulto a fazer da sua arte uma forma de denunciar a violação dos Direitos Humanos e lutar por um Brasil que seja democrático e pelo fim de qualquer forma de tortura e perseguições.

Belisário dos Santos Júnior - nasceu em 23 de junho de 1948, em São Paulo, capital onde reside até hoje. Cursou a Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP e em 1968, quando cursava o terceiro ano de faculdade, deu início a sua atuação profissional, conduzindo a defesa de presos políticos ao lado de Idibal de Almeida Pivetta e outros advogados marcados pelo compromisso com a resistência frente à repressão imposta pela ditadura civil-militar. Dentre as atividades que desenvolveu ao longo de sua carreira entrelaçada à sua militância política, destaca-se sua participação como membro da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão de Mortos e Desaparecidos e sua presidência na Comissão de Indenização à Tortura do Estado de São Paulo. Foi também produtor da peça “Lembrar é Resistir” encenada, no ano de 1999, no prédio do antigo Deops/SP, local que diversas vezes visitou em razão de sua profissão.

Gilberto Carvalho - Graduado em filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Fez especialização em gerenciamento público, em instituições de Venezuela, México e Espanha. Sempre atuou à Pastoral Operária (movimento da Igreja Católica) e desempenhou diversas funções no Partido dos Trabalhadores (PT). Exerceu cargos na Prefeitura Municipal de Santo André, foi o chefe de Gabinete Presidencial durante os oito anos de Lula na Presidência da República, além de Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Na sua biografia encontramos uma passagem importante durante sua visita numa favela no Paraná, nos anos 1970, quando prometeu que não descansaria enquanto crianças morressem por desnutrição e pneumonia. Assim, procurou sempre preservar a luta por políticas públicas que garantam defesa intransigente da Constituição Federal de 1988, na qual são garantidos os direitos fundamentais dos indivíduos, tais como saúde, educação, saneamento, locomoção, julgamento livre e imparcial, alimentação adequada, previdência e trabalho.

Wallace Lara - Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (FCL) em 2021. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS) em Alfenas (MG), em 1995. Atualmente, é repórter especial da Rede Globo São Paulo. Como jornalista tem realizado diversas matérias de denúncias da falta de alimentação, moradia, saúde da população em situação de rua, bem como, em 2018, realizou uma ampla matéria no Fantástico, onde revelou práticas de torturas praticadas pelos Arautos do Evangelho contra jovens internos e somando ao esforço das mesmas chegarem ao Papa com sucesso. E realizou a denúncia da venda de um litro d'água por R\$ 93 na região de São Sebastião (SP), devastada por chuvas durante o feriado de fevereiro de 2022.

José Dirceu de Oliveira e Silva - Advogado e político brasileiro. Como secundarista, começou a participar do movimento estudantil e se filiou ao Partido Comunista



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

Brasileiro (PCB). Em 1965, iniciou o curso de Direito na PUC de São Paulo. Foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e depois, em 1967, presidiu a União Estadual dos Estudantes (UEE). Em 1968, foi preso em Ibiúna, no interior de São Paulo, durante uma tentativa de realização do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Dirceu tinha 22 anos e era presidente da UEE. Nessa época, destacava-se como uma das principais lideranças do movimento estudantil e virou um ícone da geração de 1968. Participou ativamente na elaboração da Constituição de 1988 e assumiu como tarefa de consolidar a redemocratização do Estado como deputado federal. Importante destacar que esteve à frente pelas Diretas Já e na redemocratização do Brasil.

Celso Frateschi - É ator, professor, diretor teatral e político brasileiro. O fazer artístico esteve sempre atrelado à militância política. Em 1969, iniciou sua atuação no movimento estudantil secundarista como presidente do grêmio do Colégio Alexandre Von Humboldt, onde também participou de um grupo de teatro. Formado pelo Teatro de Arena, onde iniciou sua carreira profissional, fundou importantes grupos de teatro, como o Núcleo Independente e o Teatro Pequeno. Durante os anos 1970, colaborou com o Teatro-Jornal, que representou uma importante experiência de engajamento político que transformava notícias censuradas em cenas teatrais. Embora sua carreira priorize trabalhos de forte conteúdo crítico pensado para um público popular, também desenvolveu trabalhos na televisão e no teatro empresarial. Além da carreira artística, também atuou como gestor público, ocupando cargos ligados à área da Cultura. Por conta de seu envolvimento com as questões políticas, Celso sofreu duas prisões políticas durante o período da ditadura: o primeiro em 1969, quando, ligado à organização de esquerda Ala Vermelha (ALA), foi preso pela Operação Bandeirantes e depois em 1973, durante uma apresentação teatral, quando foi levado por uma equipe de busca do DOI-Codi/SP. Atualmente, está à frente do Teatro Ágora. Foi Secretário Municipal da Cultura em 2003 e 2004, na gestão de Marta Suplicy (PT), frente à Prefeitura do Município de São Paulo. Também ocupou o cargo de Secretário de Cultura em Santo André entre 1997 e 1998. Foi presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte) até outubro de 2008. Foi um dos organizadores do "Ato Cultura com Haddad e Manuela" em 2018, haja vista fazer parte do movimento Arte pela Democracia, composto por sindicatos, cooperativas e artistas independentes. Segundo Frateschi, o movimento tem como objetivo garantir os valores democráticos que, na atual situação política, de acordo com os artistas, estão representados na chapa de Haddad e Manuela.

Symmy Larrat Brito de Carvalho - Mulher travesti que ocupou a presidência organizacional da ABGLT entre 2017 e 2022 e, desde 2023, atua como Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. A pasta está diretamente subordinada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Symmy Larrat iniciou comunicação social na Universidade Federal do Pará, em Belém. Larrat fez parte do movimento estudantil. Larrat começou a ocupar a área política ao entrar na comunicação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) como conselheira, implantando então uma rede estadual LGBT no Pará. Tempos depois, geriu o Transcidadania, na gestão de Fernando Haddad em São Paulo, projeto pioneiro e de reconhecimento internacional que focou no estímulo à escolarização e introdução ao mercado de trabalho formal da população trans. Durante o governo Dilma Rousseff, foi coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos. Em 2017, assumiu a presidência da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, sendo reeleita em 2021; é considerada a primeira travesti a exercer a função. Symmy foi eleita pelo Guia Gay São Paulo uma das LGBT mais influentes do Brasil em 2018. Em 2021 anunciou a sua pré-candidatura a Câmara Federal. Em 31 de dezembro de 2022, foi anunciada



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

por Sílvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, que Symmy iria assumir a inédita Secretaria Nacional dos Direitos LGBTQIA+.

Antônio Funari Filho - nasceu no dia 20 de novembro de 1941, em Jaboticabal, interior de São Paulo. Entrou para a Faculdade de Direito em 1962, levado, sobretudo, por seu interesse e afinidade com a política. Neste período, atuou dentro do movimento estudantil e, em 1965, foi eleito presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), além de participar e colaborar com a formação da Ação Popular (AP). Entre 1964 e 1965 sofreu dois processos de prisão: Em 1966, durante o Congresso da UEE em São Bernardo do Campo, foi novamente detido em um episódio de prisão em massa de estudantes. Após a soltura, concluiu a faculdade e passou a dedicar-se integralmente à defesa de presos políticos através do escritório do colega Aldo Lins e Silva. Exerceu esta função até o ano 1969, quando foi novamente preso durante uma sessão na Auditoria da Justiça Militar, sendo mantido por sete meses no Presídio Tiradentes. Ao ser posto em liberdade, retomou sua militância prestando apoio a organizações de esquerda e a novos processos jurídicos envolvendo presos políticos. Após o fim do regime, colaborou com o processo de redemocratização e com a reestruturação dos partidos políticos. Em 1983, tornou-se membro da Comissão de Justiça e Paz da qual faz parte até hoje, dando continuidade a uma militância ligada aos Direitos Humanos.

Eugênia Augusta Gonzaga – Procuradora Regional da República tem seu empenho nacionalmente reconhecido pela causa dos mortos e desaparecidos pelo regime da ditadura militar que o Brasil viveu. Sua formação política começou com o caso de Perus, ouvindo os relatos de familiares dos desaparecidos, as histórias de torturas e torturadores, principalmente o drama ancestral das famílias de quem foi tirado inclusive o direito ao luto, de velar filhos, primos e tios desaparecidos. Sem nenhuma formação política, fincada apenas na doutrina, nos princípios e, especialmente, na Constituição, pôs-se a cumprir seu dever. Denunciou legistas irresponsáveis, torturadores cruéis, políticos coniventes, a ponto de o ex-Prefeito Paulo Maluf ir se queixar a um Procurador Geral da República que já tinha sido chamado de ladrão, de desonesto, mas nunca de coveiro. Ao lado do colega Marlon Alberto Weichert tornou-se uma das principais vozes em defesa da justiça de transição - o conjunto de medidas políticas e judiciais para reparar violações de direitos humanos após períodos de ditadura. Seu trabalho e de Marlon, esgotando todas as instâncias jurídicas internas, foi essencial para que o caso Herzog fosse levado à Corte Interamericana, resultando na condenação do Brasil. Eugênia somou o de Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, uma comissão instituída por lei e que, desde os anos 90, servia apenas para enriquecer currículos de pessoas pouco empenhadas em buscar resultados. Visitou cemitérios perdidos do interior da Bahia, no Araguaia, em Marabá, embrenhou-se nas matas de Foz do Iguaçu, conseguiu um laboratório junto à Unifesp para refazer as autópsias, outro na Bósnia para ajudar nas identificações. Trabalhou com esmero em cada detalhe do trabalho, desde as expedições atrás de ossadas até os cuidados com cada familiar para extrair seu DNA, contornando a desconfiança que passou a dominar todos os familiares, com a falta de vontade e de resultados da Comissão. Foi assim que entregou aos familiares o atestado de óbito do espanhol que morava na Venezuela, um mero vendedor de carros, preso por engano em São Paulo, torturado porque encontraram em sua mala livros de filosofia e, depois, morto como queima de arquivo. Décadas depois, os filhos vieram de Caracas para receber os ossos e ficaram sabendo que o pai não os abandonara, como sempre pensaram, mas fora vítima de barbárie. Importante também pontuar que, por intermédio da Constituição, entendeu que toda a criança tem o direito indisponível à educação. Indisponível significa que é direito da criança, mais do que direito dos pais. Pais não podem impedir filhos de estudar, assim como



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

não podem proibir de receber transfusões de sangue, vacinas e outros avanços alvos de preconceito supersticioso. Assim, crianças com deficiência não deixam de ser crianças. Logo, têm direito à educação nos mesmos ambientes das crianças sem deficiência, e não segregadas em guetos, isoladas do convívio com as pessoas sem deficiência e, por isso mesmo, sem oportunidade de se sociabilizarem. Se não existem escolas preparadas, é responsabilidade do Poder Público preparar. E, dessa luta tenaz, nasceu uma política pública que, hoje em dia, acolhe 800 mil crianças com deficiência na rede federal – obra do ex-Ministro da Educação Fernando Haddad. Por conta desse atrevimento, foi alvo de 3.500 ações preparadas por APAE's (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), temerosas de perder seu quinhão de repasses públicos não fiscalizados.

Comissão Arns - A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns foi fundada em 2019, com o objetivo de dar visibilidade e acolhimento a graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado contra pessoas e populações discriminadas, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIAP+, mulheres, jovens, comunidades urbanas ou rurais em situação de extrema pobreza. Organização da sociedade civil composta por juristas, intelectuais, jornalistas, ativistas e voluntários na defesa dos direitos humanos. O grupo atua de forma voluntária, suprapartidária, em rede com milhares de defensores de direitos humanos de todo o país.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para aprovação desta propositura.

Diadema, 19 de junho de 2023.

Assinado digitalmente por:
JOSEMUNDO DARIO QUEIROZ
CPF: ***.248.098-**



Ver. JOSEMUNDO DARIO QUEIROZ
(JOSA QUEIROZ)



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: PGBUY-9Z64C-UJJBH-W2FKH

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ JOSEMUNDO DARIO QUEIROZ (CPF ***.248.098-**) em 26/06/2023 11:02
- ✓ JOSEMUNDO DARIO QUEIROZ (CPF ***.248.098-**) em 26/06/2023 11:02

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate/PGBUY-9Z64C-UJJBH-W2FKH>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate>